

# O PAI DO CHOQUE DE GESTÃO

Para o formulador da reforma gerencial do Estado, é questão de tempo: os países terão de adotar a reforma gerencial, para prestar serviços com eficiência

Por Carlos Costa  
Fotos Gustavo Scatena

**A**dvogado formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (turma de 1957), Luiz Carlos Bresser-Pereira fez o mestrado em Business Administration na Michigan State University (1961) e se doutorou em Economia pela USP (1972), com um trabalho sobre “Mobilidade e Carreira dos Dirigentes das Empresas Paulistas”, em que juntava as três vertentes (direito, economia e administração). Professor titular e emérito da Fundação Getúlio Vargas (onde leciona há cinco décadas), é membro do Conselho Consultivo do Grupo Pão de Açúcar. Foi três vezes ministro de Estado: Fazenda (1987), Ciência e Tecnologia (1999) e Administração Federal e Reforma do Estado (1994-1998) e esteve à frente da Secretaria de Governo de São Paulo (1985-1987) na gestão de Franco Montoro. Com uma caudalosa produção acadêmica, seu currículo no banco de dados do CNPq lista 39 livros (inclui reedições), 40 capítulos em obras coletivas, 95 artigos acadêmicos, 297 artigos em jornais e revistas. E isso tudo não se reflete em sua fala clara e direta, típica de um bom contador de “causos”. Foi assim que ele recebeu a equipe de *Getúlio* para uma descontraída conversa em seu escritório no bairro Cidade Jardim, em São Paulo.

**Seu nome é sempre citado quando se fala em “choque de gestão”, expressão que caiu na moda a partir da experiência de Minas Gerais. Como foi a sua proposta de reforma do Estado?**

**Bresser-Pereira** Essa reforma aconteceu quando fui ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, o MARE, nos primeiros quatro anos do governo Fernando Henrique. Quando manifestei interesse pela Secretaria da Administração Federal, o Fernando Henrique resolveu mudar o nome e dar o status de Ministério. Na verdade era um pequeno ministério com apenas um órgão, a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Naqueles quatro anos tive a oportunidade de desencadear a segunda reforma administrativa do Estado moderno, ou melhor, trazer essa reforma para o Brasil.

**Quando se deu a primeira reforma?**

**Bresser-Pereira** O Estado moderno surge por volta dos séculos XVI e XVII, como Estado absoluto, e tinha um tipo de administração patrimonialista. Absoluto do ponto de vista político; patrimonialista do ponto de vista administrativo. Estamos falando do Estado de Luís XIV e, antes, da rainha Elizabeth da Inglaterra. Depois acontecem as revoluções liberais: a inglesa e a francesa.

E o Estado passa a ser liberal, do ponto de vista político, e burocrático, do ponto administrativo. A primeira grande reforma do Estado acontece nos países europeus no século XIX, é a reforma burocrática. Ela acontece na França, na Alemanha, nos Estados Unidos e no Japão um pouco depois. Esse movimento foi descrito pelo sociólogo Max Weber, no começo do século XX, em seu livro *Economia e Sociedade*.

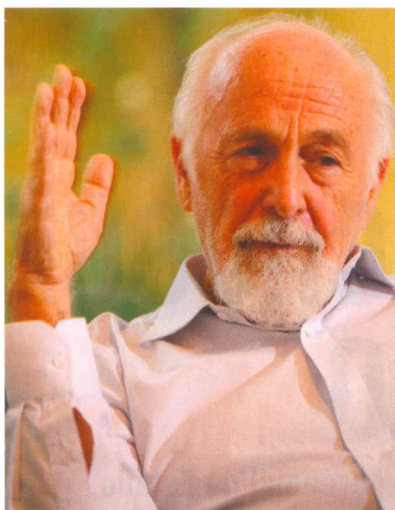
**Ele sistematizou as ideias, captando relações de sentido nessa burocracia, certo?**

**Bresser-Pereira** Sim, e aquela foi uma mudança importante: de uma administração que confundia a coisa pública com a privada para uma gestão profissional, realizada por um grupo de funcionários públicos selecionados não por motivos políticos, mas por critérios técnicos, por meio de concurso público, com carreira e outras características próprias da burocracia. É importante observar que esse Estado liberal e essa administração burocrática correspondiam a 5% a 10% do PIB gasto em despesa pública. Era pequeno, pois o Estado liberal tinha quatro ministérios: o da Fazenda, que recolhia o dinheiro; o da Justiça, que garantia a ordem pública e se relacionava com Judiciário; o da Guerra, que defendia o país do inimigo externo; e o das

Relações Exteriores. Ao longo do século XX esse quadro muda completamente e o Estado aumenta consideravelmente porque assume uma série de novas funções, próprias do Estado social e do bem-estar. Com isso, passou de 5% a 10% para um Estado de 40% a 50% do PIB. Agora ele se ocupa da educação, da saúde, da previdência, da viação e obra públicas – e mesmo assim continua administrado pelas regras do Estado burocrático. E essa administração, ótima para tornar efetiva a lei do Estado, não é eficiente por não visar a eficiência e, portanto, o desenvolvimento. Se imaginarmos um país com 50% de carga tributária, para ele crescer 5% é preciso que o setor privado aumente sua produtividade em 5% e que o setor público entre com outros 5%. Se o setor público não aumentar a produtividade, focado apenas na efetividade, como é próprio do Estado burocrático, o setor privado terá de aumentar 10%. E isso não faz sentido, é preciso que os serviços públicos aumentem sua eficiência. Quem primeiro compreendeu isso foram os ingleses, os australianos e os neozelandeses, que nos anos 80 iniciaram a reforma gerencial do Estado. Depois os americanos seguiram a proposta, com o Programa Reinventando o Governo, que Al Gore dirigiu na gestão de Bill Clinton, em 1992.

#### **Então essa segunda reforma é recente?**

**Bresser-Pereira** Sim, e em 1995, quando cheguei ao MARE, disse que queria fazer uma reforma parecida, mas adaptada às condições do Brasil. E essa foi a Reforma Gerencial do Estado de 1995. Foi nossa segunda reforma, a primeira foi a dos anos 30, efetuada por Getúlio Vargas quando nomeou Luís Simões Lopes chefe do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), com a missão de racionalizar e integrar o serviço público nacional [*Simões Lopes foi depois o primeiro presidente da FGV*]. E depois foi um professor da FGV, no caso eu, que iniciou a segunda reforma. Sou professor emérito e estou há 50 anos lá na FGV [*risos*]. O objetivo da reforma no governo FHC foi tornar eficientes os serviços sociais e científicos do Estado. Muita gente fabulou que essa reforma era de caráter neoliberal, associando-a com as ideias e práticas de privatização que estavam



**O visitante me disse: “Isso na Alemanha jamais aconteceria, lá todos temos o salário visível na lapela. Se tenho um cargo e isso quer dizer um salário e pronto”**

ocorrendo. Absolutamente não, até pelo contrário. Ela busca manter a administração pública e os servidores públicos como uma profissão, selecionados por concurso e promovidos por mérito. Mas isso é focado num pequeno grupo de altos funcionários públicos, muito bem pagos, que juntamente com os políticos eleitos se encarregam da grande administração do Estado, definem as políticas públicas e administram os recursos financeiros do Estado em nome do povo, porque é dinheiro do povo.

#### **Eles não tocam as obras e o dia a dia das prestações da saúde, por exemplo, certo?**

**Bresser-Pereira** Na grande quantidade de serviços sociais que o Estado presta gratuita ou quase gratuitamente, em vez de ele mesmo operar diretamente, deverá prestar por meio de entidades que, na reforma gerencial, foram chamadas de Organizações So-

ciais (OS). A OS é uma qualificação ou título que a administração pública outorga a uma entidade privada, sem fins lucrativos, para ela poder receber benefícios e dotações orçamentárias para a realização de seus fins, que devem ser necessariamente de interesse da comunidade. O Estado celebra contratos de gestão definindo metas bem claras e repassa recursos para as OS, que podem ser de 100%, 90% ou 50% do volume, dependendo de cada situação. No caso da educação básica ou da saúde e hospitais, são direitos universais de cidadania que têm de ser gratuitos. Aqui em São Paulo há cerca de 20 hospitais que funcionam como OS e seus serviços são totalmente gratuitos e de alta qualidade. São sucesso, pois se revelaram mais eficientes, reduzindo em cerca de 40% os custos com relação aos hospitais estatais, algo extraordinário. A reforma abre essa transferência para as OS de serviços sociais e científicos do Estado, universidades e centro de pesquisas, hospitais, orquestras sinfônicas, escolas. Estava baseado também na ideia de que dentro do próprio Estado existem agências executivas que precisam ter maior autonomia, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) ou o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro). São as Agências Executivas, continuam parte do Estado, mas com maior autonomia administrativa.

#### **E no caso de uma OS não apresentar os resultados esperados?**

**Bresser-Pereira** Mudam-se os dirigentes ou não se pagam os incentivos que poderiam ser dados aos funcionários. Essa reforma foi baseada em dois documentos: o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, aprovado pelo governo em setembro de 1995. Faz um diagnóstico da administração pública e define as diretrizes da reforma. E o segundo foi a reforma constitucional que se deu por meio da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998. Ela foi apresentada em 1995 e passou por três anos em debate, numa grande discussão nacional. Sou muito suspeito para falar sobre isso, mas creio que foi a reforma mais importante que o Governo Fernando Henrique fez.

**Mas ela não foi completamente implantada, foi?**

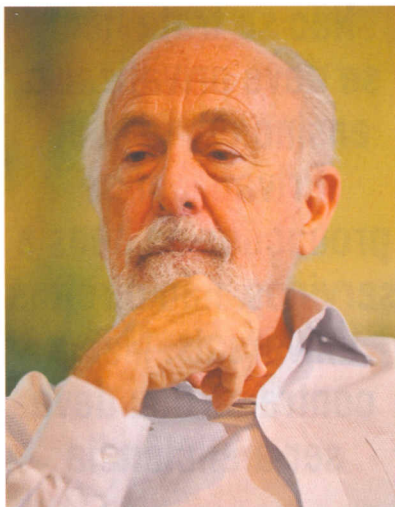
**Bresser-Pereira** Não. Uma reforma dessa natureza leva muitos anos para ser executada e implantada. Há casos de reforma que demoraram trinta a quarenta anos. Acontecerá o mesmo aqui. Se entendermos essa reforma como a segunda do Estado moderno, isso significa que todos os países terão mais cedo ou mais tarde que implantá-la. É questão de tempo, pois todos têm enormes prestações de serviços sociais e científicos a fazer, todos precisam que esses serviços sejam eficientes e, portanto, necessitarão usar técnicas modernas de gestão – que não são as da administração burocrática, mas da administração gerencial.

**Qual foi a originalidade do Brasil?**

**Bresser-Pereira** Ser o primeiro país em desenvolvimento a fazer isso. Segundo, foi o único que teve um grande plano muito bem definido. Se olharmos a reforma inglesa ou a australiana, elas não têm um documento tão claro. Há outra coisa importante: a medida fundamental de sucesso de uma reforma como essa é ganhar o coração e a mente da sociedade e dos altos servidores públicos. Quando a comecei foi uma tempestade em cima de mim, todo mundo era contra por não entender o que se estava propondo. No começo é difícil explicar. Falava em flexibilizar a estabilidade dos servidores públicos como parte da reforma, o que foi conseguido na emenda 19. Outra tempestade, mas aos poucos foi obtendo apoio da sociedade, de altos servidores públicos de Brasília e de todo o país... Envolvi todos os secretários de administração dos Estados na reforma, e eles ajudaram na emenda constitucional, participaram de seminários junto comigo, ou seja, fiz uma grande articulação nacional em torno da ideia. A presença da reportagem de *Getulio* me entrevistando agora é mais uma indicação da importância dessa reforma.

**O senhor envolveu secretários estaduais para compartilhar uma visão de cenário?**

**Bresser-Pereira** Para compartilhar um diagnóstico e a solução, que é a reforma gerencial – que às vezes chamo de reforma de gestão pública. Hoje posso dizer que a reforma ganhou o coração



**Pela coragem do Jatene hoje o Brasil tem um sistema universal de saúde como nenhum país do mundo. Até melhor que o de Cuba, que é um caso muito particular**

e a mente dos altos servidores públicos, e, portanto, está avançando. Acontece mais no nível dos Estados do que na esfera federal, pois são os Estados que têm a grande prestação de serviços sociais e científicos, são eles que têm de adotar essas estratégias modernas. Foi assim nos Estados Unidos e também está acontecendo aqui, começa na Prefeitura, passa para o Estado e depois para o governo federal. O número de cidades que criaram leis de OS é grande. E vários Estados se inspiraram no Plano Diretor da Reforma do Estado.

**Foi esse o caso de Minas Gerais?**

**Bresser-Pereira** É o mais famoso, pois o Antônio Anastasia, vice do Aécio Neves e atual governador, o adotou. Ele era o secretário do Planejamento nos primeiros quatro anos do governo de Aécio Neves, e foi seu vice no segundo mandato. Anastasia era secretário execu-

tivo do Ministério do Trabalho no tempo em que eu estava à frente do MARE. Ilustre jurista administrativista, que é o direito do aparelho do Estado, ficou fascinado pela reforma e me ajudou muitas vezes. Foi ele quem fez a primeira minuta da Lei das Organizações Sociais, e fazia parte informal da minha equipe. Então, quando se viu secretário do Planejamento de Minas, resolveu adotar a reforma, e chamou assessores do meu tempo no Ministério, e que hoje são consultores, como o Caio Marini. Foi tão bem-sucedido esse choque de gestão que a reforma gerencial foi um dos trunfos políticos para a reeleição do Aécio. Isso é típico em países ricos, mas no Brasil nunca acontecera. Bom, voltando ao tempo em que estava como ministro, entre 1995 e 1998. Ao final desses quatro anos, propus ao presidente que o MARE fosse extinto e voltasse a ser apenas uma secretaria do Ministério do Planejamento, que teria mais poder para cobrar as reformas, pois tinha o orçamento, enquanto o MARE não tinha poder algum, a não ser o do convencimento. E aí o MARE desapareceu. Só existiu no meu período de quatro anos [risos].

**E os resultados de Minas Gerais são bons?**

**Bresser-Pereira** São ótimos, mas não é fácil medir resultados, é coisa complicada. Mas os resultados são bons e estão sendo ampliados. É um processo que acontece devagar. No caso do Governo Federal, o PT começou contra, mas mudou essa postura. O fato concreto é que o Brasil, entre todos os países em desenvolvimento, foi o primeiro a implantar isso. Penso que o grande sucesso da reforma gerencial aconteceu na saúde. Em São Paulo, no caso dos hospitais, como o Heliópolis. E mais genericamente no caso do SUS, pois tem hoje uma estrutura administrativa de caráter gerencial de que participei ativamente, adotando a experiência aprendida na Inglaterra. Enquanto o Adib Jatene buscava dinheiro para o Ministério da Saúde, eu propunha a reforma. Foi difícil convencer o pessoal da saúde, pois havia desconfiança de que se tratava de uma proposta neoliberal.

**Também foi difícil convencer o Jatene?**

**Bresser-Pereira** O Jatene chegou ao Ministério da Saúde com a saúde públi-

ca no maior caos, em frangalhos. O SUS é o sistema único de saúde, de implantação obrigatória pelo Estado por força da Constituição de 88. As pessoas diziam que era impossível colocar isso em prática, pois não havia dinheiro nem a possibilidade de administrar aquele caos. Mas o Jatene estava disposto a comprar o desafio. Certíssimo ele. “Mas não tenho o dinheiro”, disse. E saiu em campanha para consegui-lo e eu me propunha a fazer a reforma. Durante um bom tempo o Jatene não estava entendendo o que eu dizia, era muito amável comigo, tem alto nível intelectual, mas não entendia. Preparei três conferências para o pessoal da saúde e não se convenciam. Já estava quase desistindo, creio que era agosto de 1995, disse para mim que daria a última cartada. Telefonei para o secretário executivo do Ministério da Saúde, o José Carlos Seixas, notável médico sanitaria e meu amigo desse a época do Governo Montoro (1983-1987): “O seu ministro está me desclassificando [risos]. Nada de pessoal, mas toda vez que eu digo ao Jatene que tenho uma ideia nova de reorganizar o SUS e explico para ele, ele responde que é exatamente isso o que está fazendo e com isso ele me desclassifica. Então proponho: venha aqui semana que vem e irei explicar direitinho o meu esquema administrativo”. Encontramos e depois de 2 horas de conversa ele se convenceu. Então apresentei a ele um assessor para ajudá-lo, mas proibindo de falar o meu nome, “pois dizem que sou neoliberal, se falar de mim mata a reforma” [risos]. Um ano depois, dois dias antes de sair do Ministério, o Jatene assinou a NOB 1/96, Norma Operacional Básica de 1996, que começava a implantar o novo Sistema Único de Saúde. Foi um enorme sucesso. Depois do Jatene, o José Serra teve um papel muito importante. O fato é que hoje o Brasil tem um sistema universal de saúde como nenhum país do mundo. Cuba é um caso muito particular – mas eles precisariam ter duas ou três vezes mais renda para contar com um sistema de saúde como o nosso.

#### **O senhor foi um dos criadores da ideia das Oscips?**

**Bresser-Pereira** Criei as OS e aí a dona Ruth Cardoso, que cuidava da parte social do governo, estava interessada em estabelecer um marco jurídico para

## **Não se trata nem se deve privatizar o ensino ou a saúde. Privatizam-se produções de bens e serviços, não direitos universais. Mas a contrapartida deve ser a eficiência**

o Terceiro Setor, ou, como chamo, “as entidades públicas não-estatais”. Ela viu o modelo das OS, a organização social, conversou comigo e resolveu criar um marco jurídico usando um pouco as ideias da OS. Isso criou certa confusão entre as duas, tanto que em Minas Gerais as organizações sociais são chamadas de Oscip (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público). Pela lei, uma Oscip é uma entidade sem fins lucrativos que tem determinadas vantagens do ponto de vista fiscal caso cumpra algumas exigências. A OS é muito mais do que isso, pois o Estado repassa fundos para cumprir um contrato de gestão. Não se trata de terceirização, e não gosto dessa expressão, terceirização se faz para empresas – as OS são entidades sem fins lucrativos, voltadas para o interesse público. Elas têm metas e indicadores de desempenho bem especificados. Isso foi amplamente discutido na reforma e se aplica não só no caso das OS, mas também para órgãos dentro do Estado, como no sistema de educação pública. Estava lendo na *The Economist* que na Suécia houve grande sucesso com as escolas primárias que são gratuitas e financiadas pelo Estado, mas administradas privadamente pelas famílias. É tamanho o sucesso que o líder do Partido Conservador, David Cameron, pretende aplicar essa proposta no Reino Unido. Essas ideias vão ganhando cada vez mais espaço, podem ser implantadas mais depressa ou mais devagar, com maior ou menor competência, mas não se escapa delas [risos].

#### **O senhor ainda assusta como neoliberal?**

**Bresser-Pereira** Sempre fui um

grande defensor do Estado social. Fui e continuo a ser. O Estado deve ter uma despesa grande com educação, saúde, assistência social, previdência, pois isso torna a sociedade igualitária e mais equilibrada. Mas para legitimar essa posição do ponto de vista político é preciso ser eficiente. Houve um tempo em que, diante da ineficiência e do alto custo da máquina do Estado, se dizia: “Então vamos privatizar tudo”, o que é um absurdo! Não se trata nem se deve privatizar o ensino ou a saúde. Privatizam-se produções de bens e serviços, não direitos universais. Mas a contrapartida deve ser a eficiência, para legitimar o Estado social de que precisamos.

**Itamar Franco deixou o governo com 22 ministérios; Fernando Henrique deixou 21 ministérios e 9 secretarias; em 2003, Lula criou novas pastas para abrigar companheiros derrotados nas urnas: hoje temos 37 ministérios e secretarias com status de Ministério. Como fica isso do ponto de vista da reforma do Estado?**

**Bresser-Pereira** Do ponto de vista de reforma gerencial mais ou menos ministérios não faz muita diferença. Tem um custozinho a mais, que evidentemente poderia ser evitado, mas não é o importante. O que houve no Governo Lula em relação à administração pública, e que é preocupante, foram duas coisas: em primeiro lugar, entendia-se que o Estado, a partir da reforma gerencial, só deveria contratar funcionários e servidores públicos para as carreiras exclusivas do Estado, abrindo concursos apenas para carreiras de nível superior. No nível federal não haveria mais nenhum outro tipo de concurso, pois todas as demais atividades que o Estado tivesse de fazer seriam realizadas por meio das OS – no caso de serviços sociais ou científicos – ou terceirizado, quando disso não se tratasse. O Lula abriu muitos concursos para níveis mais baixos, o que é um equívoco. A segunda coisa é que eu na época defendia a elevação dos salários dos servidores das carreiras de Estado: diplomacia, advocacia pública, servidores do Tesouro, Receita Federal, os gestores públicos. Essas grandes carreiras com o poder do Estado e que ajudam a criar políticas públicas e a cuidar dos recursos do Estado. Defendi bons salários para essas carreiras. Poucas pessoas, mas muito

bem pagas. Acontece que o governo atual as paga não bem, mas excessivamente bem. Os salários ficaram astronômicos.

**Em resumo: a reforma gerencial do Estado está em andamento, é apenas questão de implantar um programa que já existe?**

**Bresser-Pereira** Exatamente isso. Uma coisa é a reforma: ela tem uma lógica estruturada; outra, a administração do dia a dia, que é um exercício de constância, consertar cotidianamente as coisas que vão se desalojando. Se fôssemos considerar reformas administrativas toda vez que muda um ministério, chega um novo presidente ou assume um novo governador, seria uma insensatez, embora cada um deles mudará um pouco sua estrutura.

**Alguns mudam a decoração inteira...**

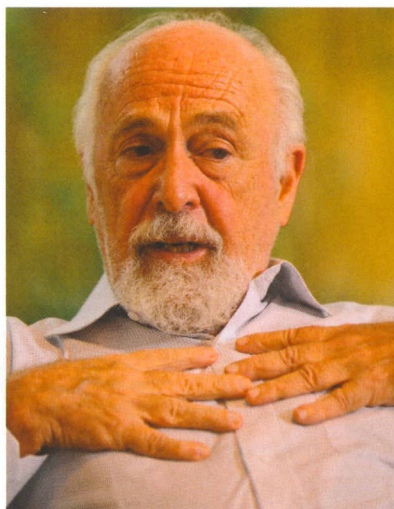
**Bresser-Pereira** [risos] Sim.

**O Governo fechou o primeiro trimestre deste ano eleitoral com expansão de 19,3% de seus gastos, muito acima da inflação. E o superávit primário está virando déficit. Estamos em dia com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)?**

**Bresser-Pereira** Isso sai de minha alçada, só posso dizer o seguinte: a LRF, criada no Governo FHC, não foi de minha iniciativa, mas ganhou carona na emenda 19 em que apresentei a reforma da gestão do Estado. Foi outro grande legado do Fernando Henrique.

**A LRF foi gestada por quem?**

**Bresser-Pereira** A ideia original foi do José Serra, mas quem estava no Ministério na época em que a lei foi mandada para o Congresso era o Martus Tavares e o Pedro Malan. A ideia da LRF surgiu durante a Assembleia Constituinte, e José Serra era relator da comissão que tratou de orçamento, tributação e finanças. Uma das inovações propostas por ele, num trabalho em que foi assessorado por José Roberto Afonso, foi prever na Constituição um código de finanças públicas que reunisse normas gerais sobre receitas, gastos, dívida e patrimônio, dando um fio condutor e garantindo sua aplicação nos três níveis de governo, federal, estadual e municipal. E esse é o grande diferencial da lei brasileira: abarca todos os níveis de governo, quando nos outros



países se restringe ao governo central. E é uma lei em sintonia com os princípios da reforma gerencial: reduzir os custos do Estado e torná-lo mais eficiente – a LRF apresenta isso não em termos de eficiência, mas de limites de gastos e, portanto, limites de déficit público.

**Houve uma grita, em março, quando a Prefeitura de São Paulo colocou on line, no Portal da Transparência, salários de funcionários.**

**Bresser-Pereira** Fiz isso uma vez [risos]. Acho que os salários dos servidores públicos deveriam ser rigorosamente públicos. Todos na internet, sem exceção. Controlar o gasto público é um direito do cidadão. Por volta de 1997, mandei colocar a folha de pagamento na internet.

**Vazou?**

**Bresser-Pereira** [risos] Não vazou porque foi ordem minha. Houve tanta gritaria que tive de tirar. O fato é que há um monte de privilégios no meio disso tudo. Trabalhei muito em cima do teto, mas não resolve. O teto é uma vergonha. Sempre me lembro de um servidor público alemão que foi me visitar no MARE, e em determinado momento disse a ele que um dos artigos da emenda constitucional em criação era estabelecer um teto para o pagamento de servidores públicos. O alemão falava inglês diretinho, eu também falo diretinho, mas ele não entendia. Expliquei uma segunda vez – o alemão não entendeu. Expliquei uma terceira... Na quarta, entendeu o que era um teto. [Imita a fala de um alemão] “Isso na Alemanha

jamais aconteceria, lá todos temos o salário na lapela. Se tenho um cargo isso quer dizer um salário e pronto” [risos].

**O senhor numa palestra há alguns dias em Brasília falou que o desenvolvimento econômico só é possível com a industrialização do país e o que se observa é justamente um processo de desindustrialização.**

**Bresser-Pereira** Nestes últimos dez anos voltei a minhas atividades de sempre. Tenho duas ocupações acadêmicas hoje na FGV. Uma na Escola de Economia, onde sou professor de Macroeconomia do Desenvolvimento. E no departamento de administração pública da EAESP dou aulas no mestrado e no doutorado em Administração Pública e Governo, ou seja, sou cientista político ou sociólogo político. No meu primeiro chapéu desenvolvi uma série de ideias que estão no livro *Globalização e Competição*, que entre 2009 e 2010 foi publicado em quatro línguas, inclusive pela Cambridge University Press, nos Estados Unidos. Faço no livro uma grande discussão sobre desenvolvimento e a necessidade que temos de uma estratégia nacional – a que dou o nome de “novo desenvolvimentismo”. Temos ainda a necessidade de administrar não só a taxa de juros, mas a taxa de câmbio, pois ela tende a ser supervalorizada e isso dificulta o desenvolvimento. Essas ideias têm repercutido bastante, sobretudo no âmbito da América Latina. Ao mesmo tempo, continuo a desenvolver ideias na área da administração, relacionadas com a democracia, a natureza do Estado e as relações do Estado com a sociedade. Esse é meu outro chapéu do cientista social e político.

**O senhor é otimista com relação aos próximos anos?**

**Bresser-Pereira** Sou. Poderíamos crescer muito mais, mas vamos crescer de qualquer forma. E temos feito uma sociedade gradualmente mais justa.

**Haverá muita diferença se der Serra ou Dilma?**

**Bresser-Pereira** Vou votar no Serra [risos]. Mas a agenda de um ou outro será muito parecida. A diferença é que a experiência do Serra é muito maior, e nisso ele leva grande vantagem.